



**SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÃO AO TCU Nº , DE 2024**

(Do Sr. EVAIR VIEIRA DE MELO)

*Solicita informações ao Tribunal de Contas da União sobre a aquisição, por parte da China, da maior reserva brasileira na Amazônia rica em urânio e nióbio pelo valor de R\$ 2 bilhões.*

Senhor **Presidente**,

Nos termos dos arts. 70 e 71 da Constituição Federal e na forma dos arts 60 e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, solicito a Vossa Excelência que seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União pedido de informações sobre a aquisição, por parte da China, da maior reserva brasileira na Amazônia rica em urânio e nióbio pelo valor de R\$ 2 bilhões.

Com o intuito de prestar esclarecimentos a esta Honrosa Casa, solicita-se os seguintes esclarecimentos e medidas:

- *Quais foram os critérios adotados para permitir a venda de reserva de tamanha relevância estratégica para um país estrangeiro? Houve avaliação do potencial de risco para a soberania nacional e a segurança energética?*
- *Qual foi o papel do governo federal e dos órgãos responsáveis na aprovação desta transação? O processo foi conduzido de forma transparente e respeitando os interesses nacionais?*





- *Por que a venda foi realizada sem impedimentos, considerando o impacto estratégico dos minerais envolvidos (urânio, nióbio e tântalo) para a indústria bélica e de alta tecnologia?*
- *Houve análise sobre o potencial de desenvolvimento econômico e tecnológico nacional que está sendo sacrificado com a venda dessa reserva para uma potência estrangeira?*
- *Quais medidas foram tomadas para garantir que o controle estrangeiro sobre esses recursos não comprometa a soberania nacional, especialmente em um momento de instabilidade geopolítica global?*
- *Existe algum estudo ou análise por parte do governo brasileiro sobre o impacto econômico e estratégico da transferência das ações da Mineração Taboca para a China Nonferrous Trade Co. Ltd.?*
- *Por que os projetos de exploração de recursos estratégicos brasileiros, como potássio e gás natural, enfrentam tantas restrições enquanto uma transação dessa magnitude ocorreu sem maiores questionamentos por parte das autoridades nacionais?*
- *Existe algum indício de favorecimento ou negligência por parte das autoridades brasileiras no que diz respeito à facilitação desta venda para uma estatal chinesa, especialmente considerando o histórico de restrições ao desenvolvimento nacional? Como o TCU pretende abordar essa questão preocupante, há previsão de auditoria sobre o assunto?*
- *Como o TCU pretende fiscalizar a crescente influência de empresas estrangeiras em áreas estratégicas da economia brasileira, especialmente em setores sensíveis como o de minerais raros e urânio?*





- *Quais providências serão adotadas pelo Tribunal de Contas da União para assegurar que a venda desta reserva estratégica não prejudique o desenvolvimento econômico do país, e que as normas legais de regência foram observadas, e que a exploração dos recursos seja feita de forma a beneficiar a população brasileira?*

## JUSTIFICAÇÃO

Este requerimento tenciona o recebimento de informações por parte do TCU sobre a aquisição, por parte da China, da maior reserva brasileira na Amazônia rica em urânio e nióbio pelo valor de R\$ 2 bilhões.

Isto porque, conforme noticiado<sup>1</sup>, a recente venda da maior reserva de urânio do Brasil, localizada em Presidente Figueiredo, no Amazonas, à China Nonferrous Trade Co. Ltd. (CNT), uma subsidiária do governo chinês, por US\$ 340 milhões, cerca de R\$ 2 bilhões, trouxe à tona sérias preocupações sobre a política de gestão de recursos estratégicos no país. Este negócio, formalizado pela mineradora Taboca, transfere para controle estrangeiro um ativo de extrema importância para o desenvolvimento econômico e a soberania nacional.

A venda da reserva de urânio à China foi comunicada no início da tarde da última terça-feira, 26, ao Governo do Amazonas pela empresa mineradora Taboca, de acordo com informações divulgadas pelo Globo. A Taboca atua na mina do Pitinga, na região da hidrelétrica de Balbina, em Presidente Figueiredo, desde 1969. Localizada a 107 km de Manaus, a reserva é considerada uma das mais promissoras do país<sup>2</sup>. No comunicado, a empresa diz que

<sup>1</sup> <https://www.institutoidl.org.br/post/china-compra-a-maior-reserva-de-ur%C3%A2nio-do-brasil>

<sup>2</sup> <https://exame.com/brasil/china-compra-reserva-uranio-niobio-amazonia/>





naquela terça transferiu 100% de suas ações aos chineses. "Este novo momento é estratégico e constitui uma oportunidade de crescimento para a Mineração Taboca". O texto afirma que o acordo foi firmado pela Minsur S.A., que é uma empresa peruana que controla a Taboca.

O urânio, além de sua aplicação na geração de energia em usinas nucleares, é um insumo crítico para a indústria bélica, sendo utilizado na produção de armas nucleares. A reserva vendida também inclui minerais raros e estratégicos, como nióbio e tântalo, indispensáveis para tecnologias de ponta, desde turbinas para motores a jato até baterias e satélites espaciais.

Embora a venda tenha sido justificada como "estratégica" pela Taboca, a transação deixa o Brasil em uma posição vulnerável. O controle de recursos essenciais por uma potência estrangeira como a China, reconhecida por sua política de expansão econômica agressiva, representa uma perda significativa para a indústria nacional. Além disso, a falta de estudos aprofundados sobre o potencial mineral dessa reserva evidencia a negligência do governo brasileiro em assegurar a exploração sustentável e estratégica de seus recursos.

Os minerais críticos vendidos à China poderiam ser fundamentais para impulsionar setores de alta tecnologia no Brasil, gerando emprego, inovação e autonomia tecnológica. No entanto, com a venda, o país abre mão da possibilidade de desenvolver indústrias próprias, cedendo terreno para a dependência econômica e tecnológica.

A venda da mina de urânio de Presidente Figueiredo não representa apenas uma oportunidade perdida para o Brasil, mas um grave retrocesso em termos de independência econômica e geopolítica. Se o país continuar permitindo que recursos estratégicos sejam entregues a potências estrangeiras, estará





comprometendo não apenas seu desenvolvimento, mas também sua soberania e capacidade de competir no cenário internacional.

Com efeito, a aquisição da reserva de urânio e nióbio, com potencial estratégico tanto para a indústria bélica quanto para usinas nucleares, ocorreu sem impedimentos, levantando suspeitas de favorecimento ao governo chinês. Essa transação não se trata apenas de um ato comercial; em tempos de instabilidade global, ela pode ser decisiva para a segurança nacional.

O urânio, essencial para a geração de energia nuclear e para uso militar, não é apenas uma riqueza mineral, mas um ativo estratégico de soberania e segurança energética. A recente venda da maior reserva de urânio do Brasil, localizada no município de Presidente Figueiredo, na Amazônia, alerta para a falta de uma estratégia eficaz de gestão dos recursos estratégicos do país.

Embora 99% do urânio no Brasil seja utilizado para fins energéticos, a venda dessa reserva vital para uma estatal estrangeira vinculada ao governo da China levanta questões críticas sobre o controle e a exploração de recursos estratégicos. A presença de uma empresa chinesa em um setor tão sensível reforça as preocupações sobre a crescente influência externa em áreas-chave da economia brasileira, especialmente considerando os interesses geopolíticos envolvidos.

Paradoxalmente, enquanto enfrentamos severas restrições ambientais, esbarrando constantemente em regulações e pressões de ONGs e decisões ministeriais que limitam a exploração de nossos recursos, vemos uma transação desse porte ocorrer sem grandes questionamentos. Por que os chineses conseguem adquirir a maior mina de urânio do Brasil para beneficiar o minério no próprio Amazonas, próximo a Manaus, enquanto iniciativas nacionais enfrentam tantos obstáculos? Existe um compromisso? Um conluio? Uma seletividade quanto ao que o Brasil pode ou não





pode fazer?

Ademais, a exploração de potássio e gás natural na região está paralisada por decisões do Ministério Público Federal (MPF), que atendem a pressões de organizações não governamentais. Essa exploração, especialmente em Autazes (AM), poderia reduzir nossa dependência de importações de países como Ucrânia e Canadá, mas as restrições acabam prejudicando o desenvolvimento do país e favorecendo interesses estrangeiros.

Enquanto isso, 63% da população vive abaixo da linha de pobreza, com menos de R\$ 11 por dia para se sustentar. Apesar das riquezas naturais concedidas ao país, restrições e conluíus impedem o progresso nacional, conforme exposto pela CPI das ONGs. Esses recursos pertencem ao povo brasileiro, mas a incapacidade de explorá-los está nos prendendo e limitando nossa evolução econômica e social.

Portanto, tendo em lume que a atividade fiscalização se amolda em uma das funções típicas do Poder legislativo, é imperiosa a necessidade da aprovação desta proposição, no esteio de se auferir informações relevantes sobre compra pela China por R\$ 2 bilhões reserva brasileira rica em urânio e nióbio, na Amazônia, no desiderato de se velar a efetividade das leis ou, se assim for necessário, tomar providencias com finalidade de que sejam concretizadas de forma eficiente e transparente.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2024.

**Deputado EVAIR VIEIRA DE MELO**

